

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

**PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MIRANDA DO
DOURO**

**ACTA DA TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO
7 DE JUNHO DE 2011, MIRANDA DO DOURO**

Aos sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, pelas quinze horas, em Miranda do Douro, reuniram-se os representantes dos serviços e entidades que integram a Comissão de Acompanhamento (a seguir designada por CA) do processo de revisão do Plano Director Municipal de Miranda do Douro (a seguir designado por PDM) convocada pela CCDRN, nos termos do disposto no artigo 13.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Acta da Segunda Reunião da Comissão de Acompanhamento;
2. Ponto de Situação da Revisão do PDM;
3. Análise e apreciação do Quadro Prévio de Ordenamento concelhio constante na Plataforma Colaborativa dos PMOT da Região Norte em <http://212.55.137.35:8083>;
4. Programação dos trabalhos de elaboração do PDM;
5. Outros assuntos julgados de interesse.

Dos serviços e entidades convocadas, registaram-se as seguintes presenças:

- Representante da CCDRN – Dr.ª Fernanda Neves;
- Representante da Câmara Municipal de Miranda do Douro – Eng.ª Jesuína Granjo;
- Representante da Câmara Municipal de Mogadouro – Arq.ta Alexandra Carlota Machado;
- Representante da Câmara Municipal de Vimioso – Eng.ª Sónia Maria;

- Representante da Administração da Região Hidrográfica do Norte (a seguir designada por ARH-N) – Eng.º António Pinto Ferreira;
- Representante da Direcção Regional da Cultura do Norte – Dr. António Paulo Gomes de Amaral;
- Representante da Direcção Regional de Florestas do Norte – Unidade de Gestão Florestal do Nordeste Transmontano – Eng.ª Anabela Possacos;
- Representante da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (a seguir designada por DRAPN) – Eng.º Fernando Fernandes; Eng.º José Luís Gonçalves;
- Representante da Direcção Regional de Economia do Norte – Eng.ª Júlia Loureiro;
- Representante da Direcção Regional da Educação do Norte – Dr.ª Julieta Alves;
- Representante do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (a seguir designado por ICNB) – Arq.ta Luísa Jorge;
- Representante da EP – Estradas de Portugal, SA, Delegação Regional de Bragança – Eng.º Nuno Gama.

Estiveram ainda presentes na reunião:

- Câmara Municipal de Miranda do Douro – Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Artur Nunes;
- Equipa do Plano – Eng.º José Brás do GIPP;
- CCDRN – Dr.ª Mafalda Silva.

Não se fizeram representar na reunião a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, a Administração Regional de Saúde do Norte I. P., a Direcção Geral de Energia e Geologia, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., a Rede Eléctrica Nacional, S.A., e Turismo de Portugal.

Dando início à reunião, a Presidente da CA, Dr.ª Fernanda Neves, cumprimentou todos os presentes solicitando a apresentação de cada representante, referindo que iria colocar em circulação a lista de presenças e uma tabela com os nomes dos representantes de cada entidade para que estes actualizassem os contactos telefónicos e de correio electrónico.

A Dr.^a Fernanda Neves deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro, o qual, após cumprimentar os presentes, lembrou alguns aspectos relativos à visita realizada nessa manhã aos quatro maiores núcleos populacionais de Miranda do Douro: freguesias de Miranda do Douro, Malhadas, Palaçoulo e Sendim.

O Sr. Presidente da Câmara, Dr. Artur Nunes, mencionou que entre as duas reuniões plenárias do processo de acompanhamento do PDM foram realizadas individualmente reuniões com as dezassete Juntas de Freguesia pertencentes ao concelho.

Em seguida procedeu-se ao desenvolvimento da ordem de trabalhos estabelecida para esta reunião.

I. Aprovação da Acta da Segunda Reunião da Comissão de Acompanhamento

Tendo em consideração a ordem de trabalhos definida, procedeu-se à aprovação da Acta da segunda reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM. A Dr.^a Fernanda Neves relatou a alteração à Acta em face das sugestões feitas pela representante da DREN, procedendo à sua leitura.

Dado que nenhum dos presentes nada tinha a observar, a Acta da Segunda Reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM de Miranda do Douro foi aprovada por todos os presentes com duas abstenções dos representantes da Direcção Regional de Economia do Norte e da Direcção Regional da Educação do Norte, os quais não estiveram presentes na segunda reunião. Foi, de seguida, distribuído um exemplar da Acta para assinatura dos presentes.

2. Ponto de Situação da Revisão do PDM

A Dr.^a Fernanda Neves comunicou que em Junho de 2010 foi realizada uma reunião sectorial entre a CCDRN, o ICNB e a DGGE, da qual esteve ausente o representante da Direcção Regional de Economia do Norte. O assunto em questão esteve relacionado com a exploração geológica e os interesses do Parque Nacional do Douro Internacional (PNDI) e a Rede Natura, tendo em consideração conflitos de interesse. Naquela reunião foi focada a necessidade de recuperar explorações, as quais ficarão salvaguardadas na Planta de Ordenamento do PDM, com as devidas orientações do PNDI. Ficou ainda patente a necessidade de actualização das bases de dados dos licenciamentos das explorações.

De seguida, a presidente da CA deu a conhecer os pareceres da DGEG e do Turismo, tendo em consideração as suas ausências nesta reunião. Relativamente a estas exposições destacou-se o facto do

Turismo de Portugal sugerir uma classe de espaço restrita ao património existente e não ao potencial. À data da reunião estes pareceres já tinham sido entregues à Câmara Municipal.

O representante da Direcção Regional da Cultura do Norte, Dr. Paulo Amaral, referiu que as Minas de St.º Adrião encontram-se inventariadas como sítio arqueológico com as protecções legais, sendo também sítio da Rede Natura.

A Dr.ª Fernanda Neves informou que relativamente à Carta da REN de Miranda do Douro, também em fase de revisão, esta tem um parecer em geral positivo por parte da CCDRN.

3. Análise e apreciação da Proposta Prévia de Ordenamento

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da CA deu a palavra à Câmara Municipal que pela voz do Eng.º José Brás, da equipa do plano, procedeu à apresentação da “Análise e apreciação de uma proposta prévia (não definitiva) do PDM de Miranda do Douro”.

A apresentação iniciou-se com a exposição do modelo territorial de Miranda do Douro, relembrando a organização do concelho e referindo alguns pontos essenciais para o seu dinamismo onde se destacou a importância da rede viária, incluindo o IC5 e a ligação a Espanha; a coesão territorial; os sectores económicos; o património construído, natural e etnográfico.

Relativamente às categorias de solo urbano e do solo rural, exemplificando alguns aglomerados como Palaçoulo, o objectivo será, a partir das necessidades existentes, equacionar a contenção dos perímetros urbanos. A propósito deste assunto, a Dr.ª Fernanda Neves abordou a pertinência na revisão dos aglomerados, já que se verifica com frequência que quando as áreas de expansão se dão ao longo das vias de comunicação, algumas edificações não são incluídas. Por outro lado, constata-se a existência de pequenos núcleos que não são integrados no núcleo principal, o que poderá dificultar processos de licenciamento no futuro. O Eng.º Brás respondeu que esta questão poderá estar relacionada com ajustes de cartografia. Referiu ainda que as propostas dos aglomerados já têm muita concertação com as Juntas de Freguesia e com a Câmara Municipal, garantindo, por outro lado, que não se prevê um grande aumento da área urbana.

De seguida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro abordou algumas questões relativas às vias de comunicação, relacionando que estas tendem a ser um vector primordial para delimitar o perímetro da cidade, principalmente no que se refere ao tráfego de/para Bragança e Espanha.

No caso da zona industrial de Malhadas prevê-se que a ligação ocorra simultaneamente com a construção e dinamização de equipamentos comerciais.

Por outro lado, a construção de novas vias com alargamento das faixas, permitirá eliminar alguns constrangimentos. A delimitação deste perímetro irá permitir ainda uma concentração na cidade.

O Sr. Presidente da Câmara referiu igualmente que a entrada a norte do concelho (Espanha/Bragança) é tida como a mais importante. Deixou ainda a nota de que se encontra prevista a criação de dois parques de estacionamento.

O Eng.º Brás referiu que falta ainda incluir os espaços verdes de utilização colectiva.

O Eng.º Nuno Gama, representante das Estradas de Portugal, SA, sugeriu que a variante fosse realizada mais a sul do concelho. A representante da Câmara Municipal, Eng.ª Jesuína Granjo, argumentou que aquela área a sul apresenta mais declive e que, por outro lado, a proposta do Município torna-se mais vantajosa pelo facto de facilitar a acessibilidade ao centro da cidade e com maior proximidade às áreas de lazer.

O representante do GIPP continuou a apresentação abordando as questões relativas à qualificação do solo rural, referindo que as categorias ainda se encontram em fase de estudo, nomeadamente no que respeita aos Espaços Culturais. No que concerne aos Espaços Turísticos apenas se encontra classificada a área do Picoto, não existindo, de momento, novas propostas de ocupação turística, sendo estas categorias, em geral, compatíveis com as restantes categorias do solo rural.

Relativamente às duas sub-regiões homogéneas Miranda do Douro/Mogadouro e Douro Internacional, a Eng.ª Anabela Possacos, da Direcção Regional de Florestas do Norte, ressaltou o lapso ocorrido na página 10 da Memória Descritiva da Proposta de Ordenamento, onde se verifica ter sido indicado que, para as duas sub-regiões homogéneas, se aplicam as mesmas funções estabelecidas no PROF-Nordeste, o que não corresponde à realidade, tendo o GIPP referido ter existido um lapso e que o mesmo será corrigido.

Como pontos finais daquela apresentação, o Eng.º Brás abordou os elementos que deverão ser concluídos até ao final da proposta, nomeadamente o Relatório de Avaliação Ambiental, a verificação das áreas de RAN, a proposta da Estrutura Ecológica, análise e discussão com o ICNB sobre os perímetros urbanos dentro das áreas protegidas e questões relativas ao património cultural.

Na fase final deste ponto de trabalhos, solicitou-se a pronúncia de todos os representantes da CA relativamente à apreciação da proposta prévia apresentada. Foram tecidas as seguintes considerações:

- Câmara Municipal de Vimioso: nada a observar. Sobre o PDM de Vimioso a representante informou que relativamente aos perímetros urbanos ainda se encontram numa fase atrasada. Sobre a REN bruta que foi enviada para apreciação da CCDRN a mesma foi reenviada à Câmara para acertos. A Dr.^a Fernanda Neves interveio no sentido de solicitar ao GIPP a apreciação da proposta de Vimioso, ao qual a Eng.^a Sónia Maria se disponibilizou para ceder os elementos relativos aos limites. O Eng.^o Brás solicitou à Dr.^a Fernanda o envio dos endereços para facilitar os contactos;

- ICNB: a Arqta. Luísa Jorge alertou sobre os Espaços Agrícolas de Conservação e Espaços Florestais de Conservação, tendo em consideração que no relatório deverá ser feita referência à sobreposição com as Áreas Protegidas, chamando ainda a atenção para os níveis de protecção no Plano de Ordenamento. A representante do ICNB destacou ainda que a Rede Natura 2000 e as Áreas Protegidas constituem servidões distintas e que não deverão ser confundidas. Adiantou que na Proposta de Ordenamento não parecem existir elementos suficientes para apreciação. Relativamente ao Parque Natural a opção topológica da linha não parece funcionar, sugerindo a substituição por área (mancha). Por outro lado, as arribas não deverão ser designadas como espaços florestais mas sim como espaços naturais. O Eng.^o Brás respondeu que não foram ainda identificados e incluídos os valores naturais. Por último, a Arqta. Luísa Jorge explicitou a Câmara Municipal que sobre as opções dos aglomerados rurais deverão aplicar-se as restrições do Plano de Ordenamento e não do perímetro urbano;

- DRAPN: foi dada nota de que relativamente aos espaços agrícolas de produção é necessário distinguir os que se encontram classificados como RAN. Tendo em consideração ainda se verificar esta lacuna alertou-se sobre a programação, devendo ser salvaguardado o tempo necessário à apreciação da proposta de RAN. Mencionou-se ainda a necessidade de definir os aglomerados urbanos em consonância com os respectivos limites da RAN, ressalvando a existência de áreas que não possuem as características para se considerar Reserva Agrícola, pelo que se torna primordial a colaboração de um técnico camarário com amplo conhecimento do terreno. O Sr. Eng.^o Fernando Fernandes procedeu à entrega da metodologia para a delimitação da RAN, explicitando que numa primeira fase a RAN bruta é aprovada pela Entidade Regional da RAN e numa segunda fase, quando lançadas as propostas de exclusão do ordenamento, a aprovação compete à Direcção Regional de Agricultura;

- Direcção Regional de Economia do Norte: apenas foi mencionado que as pedreiras deverão constar da Planta de Condicionantes;

- Direcção Regional da Educação do Norte: relativamente à proposta de ordenamento nada a declarar. A Dr.^a Julieta Alves apenas anunciou que o representante é o Dr. Luís Martins, mas que por uma questão de agenda não pôde estar presente;

- Câmara Municipal de Miranda do Douro: o Sr. Presidente, Dr. Artur Nunes, abordou a questão dos investimentos entre o parque escolar e o parque desportivo, pretendendo-se a consolidação de um novo núcleo. A concentração de um espaço contíguo daqueles dois parques permitirá reduzir os custos dos transportes escolares, atendendo a que os transportes públicos são inexistentes;

- EP – Estradas de Portugal, SA: o Eng.º Nuno Gama solicitou a correcção do Quadro da p.22 apresentado na Proposta de Ordenamento, explicitando que, conforme definido no Decreto-Lei n.º 13/71, para as Estradas Nacionais a distância é de 20m, e não de 12m, lapso que será corrigido pelo GIPP. A Dr.^a Fernanda Neves questionou o representante das Estradas sobre a data de conclusão prevista para o IC5, ao qual o Eng.º Nuno Gama esclareceu que será terminado em Agosto do presente ano. O Eng.º José Brás perguntou ainda sobre a viabilidade da estreita largura daquela via, ao qual o representante da EP admitiu justificar-se pelo escasso tráfego esperado. Ficou ainda a nota de que a EN221 continuará com a mesma terminologia e características.

Relativamente ao prolongamento das vias para Espanha, o Dr. Artur Nunes referiu que foi projectada para a Cimeira Ibérica a questão da ligação a sul de Miranda do Douro com a concordância dos dois países, encontrando-se prevista a ligação de auto-estrada entre as cidades de Miranda e Zamora. Segundo as declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro, espera-se que na próxima Cimeira Ibérica o assunto seja discutido, tendo ficado os representantes espanhóis incumbidos de apresentar uma proposta. Quanto à Câmara Municipal de Miranda do Douro, referiu que a ligação a sul é preferível, no sentido de evitar uma grande distância à cidade, colhendo o apoio das Estradas de Portugal;

- Direcção Regional de Florestas do Norte: além da intervenção já realizada no início da reunião, a Eng.^a Anabela Possacos referiu que na presente proposta de ordenamento as condicionantes são mencionadas de forma superficial, encontrando-se em falta uma delimitação rigorosa do Perímetro Florestal. Deste modo, será necessário o GIPP munir-se dos limites dos perímetros florestais, os quais serão cedidos em formato *shapefile* pela AFN. Relativamente às duas árvores de interesse público localizadas no concelho, estas encontram-se identificadas no *site*, podendo igualmente ser georreferenciadas através de GPS. No que concerne às áreas percorridas por incêndios estas deverão ser identificadas numa Planta anexa à de Condicionantes. Sobre as faixas de gestão de combustível, estas ainda não se encontram definidas de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra

Incêndios (PMDFCI). Por último, ficou a nota dada pela Dr.^a Fernanda Neves de que, na eventualidade de se vir a revelar necessária a realização de reuniões sectoriais, a Presidente da CA deverá estar presente;

- ARHN: o Eng.º António Pinto Ferreira referiu a quantidade de represas, charcas e outros elementos relacionados com a agricultura, tendo o Sr. Presidente da Câmara justificado a sua necessidade pelos vastos recursos cinegéticos existentes, assim como pelas solicitações de Espanha de manter essas charcas nas épocas de incêndios florestais. O representante da ARHN mencionou ainda a necessidade de existir uma leitura clara das linhas de água, assim como da própria toponímia hidrográfica, situação corroborada pela Dr.^a Fernanda Neves. O Eng.º Pinto Ferreira terminou a sua intervenção ao alertar para o ajuste das legendas, onde não deverão faltar elementos identificativos, como é o exemplo das referidas charcas;

- Câmara Municipal de Mogadouro: nada a observar.

- Direcção Regional da Cultura do Norte: O Dr. António Paulo Gomes de Amaral referiu que se encontram a aguardar a entrega do levantamento dos espaços culturais. O Eng.º Brás solicitou o envio da informação digital sobre Picote com maior definição.

4. Programação dos trabalhos de elaboração do PDM

O GIPP apresentou a proposta da programação dos trabalhos de revisão do PDM, referindo que em cerca de três meses haverá uma concreta apresentação da proposta do Plano, estimando-se para essa altura a quarta reunião da CA e passados três meses estará o grupo de trabalho em condições de realizar a quinta reunião e respectiva conferência de serviços.

5. Outros assuntos de interesse

A Dr.^a Fernanda Neves questionou a Câmara Municipal sobre a inclusão dos novos dados resultantes dos Censos 2011 nas questões demográficas da proposta de ordenamento, respondendo o Sr. Presidente da Câmara que já tiveram acesso aos dados provisórios e que os mesmos serão tidos em consideração.

Sobre os perímetros urbanos, a Presidente da CA informou que deverão ser seguidas as normas municipais em vez das normas dos planos das albufeiras.

A Dr.^a Fernanda Neves questionou qual a versão da CAOP utilizada. O GIPP respondeu que é a versão de 2009, já que a versão de 2010 apresenta problemas de georreferenciação.

Quanto à simbologia adoptada, o GIPP esclareceu que não houve ainda publicação da simbologia da DGOTDU pelo que a utilizada foi realizada pelo próprio grupo de estudos.

Outra questão pertinente debatida nesta reunião relacionou-se com a homologação da cartografia. Embora o IGP não conste dos elementos da CA, no sentido de melhor esclarecer as questões cartográficas, entende-se que no futuro deva ser convidado a participar. Segundo as declarações da Câmara Municipal e do GIPP a homologação encontra-se a ser tratada com a *Edinfor*, não havendo no entanto resultados concretos. A Dr.^a Fernanda Neves informou que a cartografia a utilizar nos PDM deve ser oficial ou homologada, pelo que os procedimentos de homologação deverão ser acelerados nesse sentido, cumprindo o caderno de encargos do IGP. Ficou ainda a recomendação da adopção da escala 1/25000.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que depois de aprovada será assinada pelos presentes.

Artur Nunes e Jesuína Maria (Câmara Municipal de Miranda do Douro)

Alexandra Carlota Machado (Câmara Municipal de Mogadouro)

Sónia Maria (Câmara Municipal de Vimioso)

António Pinto Ferreira (Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Paulo Gomes de Amaral (Direcção Regional da Cultura do Norte)

Anabela Possacos (Unidade de Gestão Florestal do Nordeste Transmontano)

Fernando Fernandes e José Luís Gonçalves (Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte)

Júlia Loureiro (Direcção Regional de Economia do Norte)

Julieta Alves (Direcção Regional da Educação do Norte)

Luísa Jorge (Departamento de Áreas Classificadas do Norte – ICNB)

Nuno Gama (Delegação Regional de Bragança – Estradas de Portugal, EP)

José Brás (GIPP)

Fernanda Neves, Mafalda Silva (CCDRN).